

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Lira banca votação da PEC dos Precatórios 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Auxílio Brasil é regulamentado 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Bolsa oscila e dólar sobe com tensão política 7

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Transparência às emendas (Editorial) 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Difícil 2022 (Editorial) 10

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

O Brasil não suportará mais quatro anos de Bolsonaro (Tendências/Debates) (Artigo)
..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

BC admite alta maior de juros 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Mercado eleva pela 3ª vez seguida previsão para Selic em 2022, a 11% 15

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
ECONOMIA

Orçamento não pode ter dono (Artigo) 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mesmo com ação no STF contra PEC dos precatórios, Lira quer votação hoje 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"Se necessário", diretor do BC admite alta acima de 1,5 ponto para a Selic 19

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Gasolina sobe pela 5ª semana e chega a R\$ 7,99 nos postos 20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Os riscos da PEC dos Precatórios - LUIZ SCHYMURA 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Mercosul será relevante se responder às oportunidades de mercado, diz Guedes 22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Inflação corrói orçamento e preocupa execução do Censo.....	23
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO SEGURIDADE SOCIAL	
Substituir Bolsa Família por Auxílio Brasil vai gerar 'insegurança social', afirma economista	24
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Aumento do preço do diesel tem reflexos em toda a economia.....	26
O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Com incertezas na economia, Bolsa brasileira já perdeu 18% este ano e come poeira das estrangeiras	29
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS SEGURIDADE SOCIAL	
Indicação do Centrão acende alerta para uso político do INSS.....	33
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Justiça autoriza aposentado a deduzir do IR contribuições extraordinárias.....	34
O GLOBO - RJ - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Brasileiros atravessam a fronteira para pagar menos pelo combustível.....	35

Lira banca votação da PEC dos Precatórios



ISRAEL MEDEIROS, CRISTIANE NOBERTO, LUANA PATRIOLINO

Em meio à incerteza jurídica criada por um impasse entre a Câmara e o Supremo Tribunal Federal (STF), a PEC dos Precatórios deve ser votada, hoje, a partir das 9h, em segundo turno. O texto passou no primeiro turno com uma margem apertada, de apenas quatro votos a mais do que o necessário: 312. A compra de votos, escândalo revelado pelo jornal O Estado de S. Paulo, mudou os rumos das negociações e permitiu que a matéria recebesse o aval da Casa.

Parlamentares acionaram o STF para questionar os ritos da votação. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), foi notificado pela Corte e terá até as 15h de amanhã para explicar as mudanças nas regras da

sessão deliberativa. Partidos de oposição também cobraram um posicionamento do Judiciário com relação às emendas de relator ? que têm sido utilizadas, segundo deputados, como moeda de troca para conseguir os votos necessários à aprovação da proposta.

Membros do Centrão afirmaram que os valores em emendas de relator destinados a deputados que votaram a favor da proposta chegaram a R\$ 15 milhões. A informação foi confirmada ao Correio por políticos do grupo que disseram ter ouvido conversas sobre o "aliciamento" de colegas de partido. Na sexta-feira, a ministra Rosa Weber, do STF, determinou, por meio de liminar, a suspensão dos pagamentos de emendas de relator e retirou das mãos de Lira sua principal ferramenta de negociação.

Para tentar reverter a situação, Lira se encontrou, ontem, com o presidente do STF, Luiz Fux. Segundo informações da Corte, o ministro recebeu, além do presidente da Câmara, o deputado federal Hugo Leal (PSD-RJ); o primeiro-vice-presidente do Senado, Veneziano Vital do Rego (MDB-PB); e o senador Fernando Bezerra (MDB-PE), líder do governo na Casa.

Na conversa, os parlamentares teriam explicado a Fux o rito para a execução das emendas do relator e defenderam a legalidade dos atos do Congresso. Lira saiu da reunião sem falar com a imprensa.

O julgamento no plenário da Corte sobre a liminar expedida por Rosa Weber teve início hoje.

Pedido

Mais cedo, antes de encontrar Fux, Lira pediu ao Supremo a revogação da liminar, alegando que houve interferência do Judiciário em uma questão que é de competência do Legislativo.

"Preliminarmente, as ADPFs (Arguições de Descumprimento de Preceitos Fundamentais) não devem nem mesmo serem conhecidas, pois uma intervenção judicial no caso dos autos seria uma afronta ao princípio da separação de Poderes", argumentou Lira, no documento. "As ações tratam eminentemente de matéria interna corporis, tendo em vista que a previsão de emendas do relator não é matéria de ordem constitucional", acrescentou.

O presidente da Câmara alegou, também, que "as

emendas de relator seguem rigorosamente a previsão de emendamento aos projetos de lei orçamentária da Constituição Federal". Portanto, o Judiciário, segundo ele, "não pode determinar que o Legislativo adote determinado procedimento na votação da lei orçamentária, porque tal ato constituiria invasão das prerrogativas constitucionais estabelecidas".

Lira sustentou, ainda, que, ao contrário das emendas individuais, as de relator (RP9) e as coletivas (RP2) mantêm o caráter tradicional dos regimentos internos das Casas. Sendo assim, não são vinculantes e "se circunscrevem aos acordos políticos". Em suma, significa dizer que esse tipo de emenda possui a característica de não ter os recursos carimbados e podem ser negociados politicamente.

Por último, ele destacou que a suspensão do pagamento das emendas de relator pode resultar em uma interrupção de "inúmeras obras e serviços em andamento pelo país".

O advogado criminalista Marcelo Leal afirmou que o ponto chave da questão é a transparência. Weber, em sua decisão, deixou claro que é preciso ser transparente com a forma como os recursos estão sendo destinados, assim como ocorre com emendas individuais. "Não se tem clareza sobre o que está sendo feito com o dinheiro. O princípio da publicidade é o que garante a transparência da administração. E a transparência da administração deve ser ainda maior quando se trata de dinheiro público", ressaltou Leal.

O cientista político André César, da Hold Assessoria Legislativa, explicou que a situação ainda é nova entre os parlamentares. "A sensação que se tem é de que não se sabe ainda como se trabalhar a questão", disse.

Queda de braço entre governo e oposição

Diante do desespero do governo para aprovar a PEC dos Precatórios, até nomes influentes da oposição foram procurados para negociar apoio à proposta. Deputados ouvidos reservadamente pelo Correio contaram que receberam ligações de parlamentares da base governista com propostas de acordos. "A gente te ajuda aqui do lado do governo", teria dito um deles a um dos principais opositores das pautas do Executivo na Câmara.

Breves Comunicados. Dep. Enio Verri PT - PR(foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados) Os partidos que compõem a minoria na Casa se reuniram, ontem à noite, sob a coordenação do deputado Marcelo Freixo (PSB-RJ) para decidir os caminhos que as legendas devem seguir. Membros da oposição disseram que a tendência era de que o PDT, muito criticado por ter

votado a favor da PEC na semana passada, repensasse seu posicionamento. A sigla vem sofrendo forte pressão, inclusive, de seus caciques, como foi o caso de Ciro Gomes. Ele decidiu suspender a pré-candidatura à Presidência até que a legenda reavalie sua atitude.

"Estou otimista de que a pressão realizada sobre o PDT e o PSB podem resultar em uma perda dos quatro votos que eles (governo) tiveram. Então, vai ser como uma corrida de cavalos: por um focinho essa disputa", disse o deputado Enio Verri (PT-PR).

Parlamentares do PDT, no entanto, sinalizaram que devem manter seu entendimento. "Os que votaram favorável no primeiro turno vão permanecer. Acho que temos 15 votos favoráveis do partido", disse Eduardo Bismarck (CE), vice-líder da sigla na Câmara. Estratégia Por outro lado, há deputados licenciados deixando cargos em governos estaduais para reassumir seus mandatos, a fim de votar contra a PEC. É o caso do deputado Mauro Benevides (PDT-CE), que era secretário de Planejamento e Gestão no Estado do Ceará e retomou a vaga na Câmara. O suplente dele, deputado Aníbal Gomes (DEM-CE), votou sim à proposta.

Movimentos parecidos também ocorreram em outras legendas, como no PCdoB e no Cidadania. Na semana passada, o ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (sem partido-RJ), também voltou de seu cargo no governo de São Paulo para votar contra a PEC.

Com essas variáveis em jogo, tanto governo quanto oposição estão otimistas com o resultado de hoje, acreditando, por um lado, que os votos a favor da proposta foram minados e, por outro, que há folga no número necessário para aprovar a matéria. Se o texto for avalizado por, ao menos, 308 votos, seguirá para a apreciação do Senado. (Israel Medeiros, Tainá Andrade, Cristiane Noberto)

Saiba Mais Política Após Bolsonaro confirmar o PL, Carlos apaga tuíte de crítica a Costa Neto Política No STF, Lira defende legalidade emendas de relator, o orçamento secreto Política Prefeitos virão a Brasília pela PEC dos Precatórios nesta terça, diz líder do governo Política Plenário da Câmara presta um minuto de silêncio em homenagem a Marília Mendonça

Saiba mais

Críticas à proposta

.4 PEC abre espaço no Orçamento de 2022, ano de eleições, de R\$ 91,6 bilhões, ao adiar o pagamento de precatórios (dívidas do governo já reconhecidas pela Justiça) e mudara correção do teto de gastos, a regra

que impede que as despesas cresçam em ritmo superior ao da inflação. O texto foi defendido pelo governo como forma de viabilizar o pagamento de R\$ 400 por meio do Auxílio Brasil. A proposta é criticada, porém, porque a folga também será usada para turbinar emendas parlamentares.

Auxílio Brasil é regulamentado



Rosana Hessel

O Palácio do Planalto publicou, ontem, em edição extraordinária do Diário Oficial da União (DOU), o decreto que regulamenta o programa Auxílio Brasil, instituído pela Medida Provisória nº 1.061/2021 e que substitui o Bolsa Família. O novo benefício começará a ser pago no dia 17, mas analistas alertam para os riscos envolvendo o novo programa, que acaba com um modelo consolidado e elogiado internacionalmente e que ainda não tem fonte de recursos totalmente definida.

O Auxílio Brasil vai contemplar "automaticamente" as pessoas beneficiadas pelo Bolsa Família, e não há necessidade de recadastramento, de acordo com o Ministério da Cidadania. Neste mês, serão atendidas cerca de 14,65 milhões de famílias, segundo a pasta, e o valor médio do novo benefício terá uma correção de 17,84%. Contudo, esse percentual de reajuste está abaixo dos 20% prometidos pelo ministro da Cidadania, João Roma. De acordo com o site da pasta, o valor médio mensal do Bolsa Família é de R\$ 189. Logo, em vez de passar para R\$ 226,80, o benefício deverá ser reajustado para R\$ 222,72.

Essa é uma correção parcial da defasagem da **inflação**. Pelos cálculos do economista Marcelo Neri, diretor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV Social), seria necessário um reajuste de 32,2% para o beneficiário do Bolsa Família recuperar o valor de 2014. Segundo ele, o novo programa tem muitas limitações "e ainda tem um impacto negativo de curto prazo que será o aumento da pobreza".

Conforme dados do Ministério da Cidadania, atualmente, 34,4 milhões de famílias recebem o auxílio emergencial, dos quais 9,3 milhões fazem parte do Bolsa Família. Logo, 25 milhões que hoje têm acesso ao auxílio emergencial não estarão na lista do novo

benefício e ficarão desamparadas.

O Ministério da Cidadania informou que, em dezembro, o número de famílias atendidas pelo Auxílio Brasil passará para 17 milhões, "o que corresponde a todo o público já habilitado e a outras famílias que atenderem aos critérios de elegibilidade do programa, zerando a fila de espera".

Vale lembrar que, no mês passado, quando anunciou o novo benefício de R\$ 400 até dezembro de 2022, Roma condicionou o valor à aprovação da PEC dos Precatórios, que deverá ser votada pela Câmara, hoje, em segundo turno. Diante da margem pequena de votos para a aprovação no primeiro turno, de apenas quatro acima do mínimo de 308, analistas do mercado estão desconfiados sobre a verdadeira chance de avaliação da proposta. "Em dezembro, após a aprovação da PEC dos Precatórios, o governo federal pagará um complemento que garantirá a cada família, até dezembro de 2022, o recebimento de pelo menos R\$ 400 mensais. Quem já está na folha de pagamento de novembro do Auxílio Brasil receberá o novo valor de forma retroativa", reforçou a pasta, em nota.

Calote

A PEC dos Precatórios é considerada ruim por especialistas em contas públicas porque propõe o calote de dívidas judiciais e ainda acaba com o teto de gastos ? emenda constitucional que limita o aumento de despesas à **inflação** ?, já que antecipa a mudança do indexador para abrir espaço para o governo gastar mais. A proposta vai ampliar o teto de gastos em quase R\$ 100 bilhões, praticamente o dobro do valor que o governo vem dizendo que é necessário para aumentar o Bolsa Família para 17 milhões de beneficiários em pleno ano eleitoral ? cerca de R\$ 50 bilhões além dos R\$ 34,7 bilhões previstos no Orçamento de 2022 para o programa.

Apesar de a equipe econômica negar a existência de um Plano B caso a PEC dos Precatórios não seja aprovada, rumores na Esplanada dos Ministérios são de que, se esse plano existe, está sendo orquestrado no Planalto. O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), negou esse plano alternativo e demonstrou confiança na aprovação da PEC hoje. "Vamos aprovar a PEC", garantiu o parlamentar, que se encontra pela manhã com o presidente Jair Bolsonaro. (Colaboraram Fernanda Strickland e Cristiane Noberto)

Bolsa oscila e dólar sobe com tensão política

Com o acirramento da tensão entre Judiciário e Legislativo, e a expectativa pelo segundo turno de votação da PEC dos Precatórios na Câmara, prevista para hoje, o Ibovespa oscilou entre cenários positivos e negativos ontem. O principal indicador da Bolsa de Valores de São Paulo fechou em estabilidade, com ligeira queda, 0,04%, aos 104.781 pontos. Já o dólar, depois de abrir a segunda-feira em alta de 1,35%, terminou o dia com elevação de 0,33%, cotado a R\$ 5,541 para venda.

"Hoje (ontem) o Ibovespa fechou praticamente estável, apesar da alta volatilidade durante o pregão, devido às incertezas quanto à PEC dos Precatórios, visto que o trâmite da matéria pode ser impactado pelos questionamentos da ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF)", frisou Matheus Villar, analista de investimentos da BeCapital Research.

Segundo Villar, o mercado teme que, caso se confirme o atraso na votação da PEC dos Precatórios, o governo adote um plano alternativo mais danoso ao teto de gastos para viabilizar o Auxílio Brasil. "Com isso, os papéis de empresas ligadas ao ciclo econômico doméstico apresentaram, em média, variação negativa, enquanto as exportadoras de commodities, em geral, tiveram desempenho melhor", disse. As ações da Vale, por exemplo, subiram 5,44%.

Outro fator que impactou negativamente a bolsa foi o IGP-DI (Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna), que registrou **inflação** acima das expectativas", afirmou o analista. O indicador subiu 1,6% em outubro, acumulando alta de 21% em 12 meses.

O economista Benito Salomão, mestre em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia, destacou que o dólar retomou a trajetória de alta, depois de perder força na semana passada. E frisou que o Ibovespa operou em queda, na contramão das bolsas norte-americanas, que estão subindo. "Isso mostra que o comportamento da bolsa e do dólar, no Brasil, está associado a problemas domésticos", comentou.

Agenda

"Os juros serão muito mais altos do que o mercado financeiro previa meses atrás. Então, acho que teremos a Selic próxima de 12%, 13% ou até 14% ao ano, e isso acaba segurando o valor das ações. E os problemas com relação à agenda política e

macroeconômica também estão pesando no comportamento do Ibovespa", completou o economista.

O gerente da Treviso Corretora, Reginaldo Galhardo, comentou que o dólar perdeu força, na semana passada, com a perspectiva de aprovação da PEC dos Precatórios. No entanto, o mercado foi pego de surpresa pela decisão de Rosa Weber de suspender a liberação das chamadas emendas de relator, que vinham sendo usadas como moeda de troca pela aprovação da PEC. "Hoje (ontem), houve uma corrida na abertura, mas logo a taxa se ajustou porque a PEC já está precificada", afirmou. "O mercado está arisco, mas tudo indica que o dólar não tem mais força para superar R\$ 5,70 no curto prazo. Deve ficar rodando na banda entre R\$ 5,50 e R\$ 5,70 se não tiver notícia negativa de Brasília." Lá fora, o índice DXY ? que mede a variação do dólar frente a seis divisas fortes ? operou em queda durante todo o pregão, no limiar dos 94 pontos. A moeda americana também perdeu força frente a maioria de divisas emergentes e de países exportadores de commodities, incluindo os pares do real, como o rand sul-africano e o peso mexicano.

*Estagiário sob supervisão de Odail Figueiredo



Transparência às emendas (Editorial)

Fez muito bem ao país a ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), de suspenderas emendas secretas que estão irrigando parlamentares da base de apoio do presidente Jair Bolsonaro. Ainda que a mais alta corte do país decida por um meio-termo no julgamento que deve terminar hoje sobre o tema, a ministra escancarou os absurdos que vêm ocorrendo na Casa do Povo, como, por exemplo, o pagamento, pelo governo, de R\$ 15 milhões por voto em favor da PEC dos Precatórios.

Transparência é fundamental no Orçamento da União. Afinal, os recursos que bancam todas as despesas dos três poderes vêm de **impostos** pagos por cidadãos e empresas. Explicitar como as verbas são gastas é vital em qualquer democracia, sobretudo no Brasil, onde as carências são enormes em áreas como saúde, educação e segurança. Quem deve definir como o dinheiro dos **tributos** será gasto é a população, não um grupo restrito de parlamentares, ainda mais em troca de apoio ao governo.

Tudo indica que o Supremo deverá liberar emendas de relatores, as RP9, mas sob a exigência de transparência das operações. Os ministros da corte querem evitar um conflito maior entre os poderes, mas exigem a garantia de que a sociedade saberá como o dinheiro, que deveria estar sendo aplicado na melhoria de seu bem-estar, vem sendo investido. Já será um passo importante. O ideal mesmo seria acabar com as tais emendas de relatores, que nada mais são do que um balcão de negócios.

O governo diz que toda a distribuição dos recursos para as emendas parlamentares está dentro da lei, mas não faz nenhum esforço para dar visibilidade aos dados. Também afirma que o trabalho feito até agora nas negociações com o Congresso tem como único objetivo garantir recursos para as famílias mais vulneráveis, que vêm sofrendo com a fome. Contudo, por melhores- e justas-que sejam as intenções, nada deve ser feito às escuras, a portas fechadas.

O Brasil realmente tem pressa para combater a miséria. Mas que tudo seja feito às claras, não por debaixo dos panos. O risco de corrupção é enorme, e o histórico do país eleva a possibilidade de malfeitos. Cabe, sim, ao Congresso destinar verbas para projetos de interesse da população, porém não foi dado a nenhum parlamentar cheques em branco. Pelo contrário, os recursos disponibilizados são para atender demandas da sociedade. Qualquer coisa fora desse roteiro é moeda de troca, que favorece

pouquíssimos em detrimento da maioria. Isso não é justo.

O Brasil precisa de eficiência, não de orçamento paralelo, secreto. A economia vai mal, a **inflação** não dá trégua, os juros estão subindo e o desemprego permanece elevado. Sendo assim, que se acabe com atalhos obscuros. Os quase R\$ 16 bilhões das emendas secretas de parlamentares bancariam, com tranquilidade, muitos meses do Auxílio Brasil de R\$ 400 que se pretende pagar a 17 milhões de famílias carentes. O Congresso precisa dar o exemplo, não priorizar negociatas. Basta!

frases

"

O Inep está monitorando a situação para garantir a normalidade de sua execução

Ministério da Educação (MEC), em nota, informando que o cronograma de execução do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2021 está mantido e não será afetado pelos pedidos de exoneração de servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)

A questão do desmatamento é um assunto que realmente nos aflige

Fernando Camargo, secretário de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação do Ministério da Agricultura, ao comentar a participação da pasta e também da Embrapa na 26ª Conferência do Clima, em Glasgow, Escócia

"

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Difícil 2022 (Editorial)

Resta pouco a fazer a fim de reverter a recente degradação das projeções de crescimento econômico em 2022. Não parece realista, inclusive, esperar providências.

As taxas de juros devem continuar em alta. Assim, o investimento para expansão da capacidade produtiva deve ser inibido, em particular na construção civil. Dinheiro caro e incertezas sobre o futuro devem prejudicar também a indústria de transformação, o comércio e os serviços, que mal se recuperam dos impactos da pandemia.

O consumo das famílias deve crescer de modo discreto, dada a lenta recuperação do emprego e da renda média real -esta ora em baixa. A precaução deve conter impulsos de compra.

Os juros estão em alta devido à carestia persistente e a dúvidas quanto à evolução da dívida pública, agravadas pelo desgoverno de Jair Bolsonaro. Ainda que a **inflação** tenda a diminuir, os preços continuam pressionados por choques externos, falta de água e eletricidade e desvalorização cambial, que encarece os importados.

A escassez de energia, insumos e matérias-primas no mercado mundial deve continuar até meados do próximo ano. Na melhor das hipóteses, a crise hídrica e seus efeitos sobre a conta de luz devem durar ao menos até abril de 2022.

Não há perspectiva de baixa substantiva das cotações das commodities, embora, no atual contexto, tal fenômeno também tivesse efeitos negativos. A taxa de câmbio mudou de patamar, carregada pela aventura fiscal eleitoreira de Bolsonaro. A desconfiança quanto às finanças públicas não deve se dissipar com a disputa presidencial.

As estimativas de crescimento do Produto Interno Bruto mais reputadas para o próximo ano estão ainda dispersas entre uma alta de 1% e uma baixa de 0,5%. Trata-se de diferença grande neste contexto deplorável de renda baixa e pobreza grande e crescente. De qualquer modo, espera-se por ora a estagnação da renda per capita.

Os investimentos públicos de estados e municípios, com caixas gordos, evitarão o ainda pior. A indústria extrativa ainda pode se beneficiar de bons preços mundiais. Há, ademais, projeções otimistas para o agronegócio.

Mesmo com os ventos favoráveis para esses setores, a perspectiva atual é de quase estagnação do **PIB**, desemprego na casa de 12% (na média de 2017 a 2019) e de retração na produção industrial.

De Bolsonaro não se deve esperar um gesto de responsabilidade para restaurar a credibilidade da política econômica. Os demais candidatos ao Planalto precisam preocupar-se, desde a campanha, com a herança que pretendem receber.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49724&anchor=6445003&pd=1612b1546cafce8c0a80040e69967354>

O Brasil não suportará mais quatro anos de Bolsonaro (Tendências/Debates) (Artigo)

Ivan Valente Deputado federal (PSOL-SP)

Depois de ensaiar um golpe de Estado com fechamento do Supremo Tribunal Federal e do Congresso, possível amordaçamento da imprensa e presença armada de milicos e milicianos, Jair Bolsonaro parece querer continuar seu projeto de destruição pelas vias que a correlação de forças lhe permite.

Os democratas, progressistas e socialistas devem saber que não existe caminho fácil para superar este desgoverno. É um projeto de intencional implosão da nação e retrocesso civilizatório. A dimensão da tragédia nos aponta que o Brasil não suportará mais quatro anos de Bolsonaro.

O espelho destes três anos é a matança de mais de 600 mil vidas, sem luto, com deboche, negação da ciência, sabotagem das vacinas, corrupção e charlatanismo. É o armamento de milicianos em nome da liberdade, a substituição da verdade factual por uma monstruosa rede de fake news. É o atijamento dos quartéis para solapar a democracia.

É um governo que odeia pobres, em que o desemprego, o desalento e a informalidade atingem 60 milhões de brasileiros. Fome, miséria, carestia e **inflação** voltaram com tudo. É a política da sopa de ossos disputada no lixo. Sob a batuta de Bolsonaro, o país virou pária na área ambiental e de direitos humanos e se orgulha da vergonha internacional. O horror da imagem aterrorizante de uma draga do garimpo ilegal sugando duas crianças yanomamis num rio é o retrato da política anti-indígena.

Quando o caldo engrossou, Bolsonaro comprou o centrão com cargos e ministérios. Este contempla suas bases, que garantem maioria congressual através da corrupção escancarada com o nome de emendas de relator (RP9). Apenas para este ano estão previstos R\$ 16 bilhões aos apaniguados. É o preço para barrar o impeachment e votar reformas antipopulares. Ele tenta, assim, garantir a reeleição, mantendo o apoio do centrão e sustentando uma base radicalizada com discurso tosco, alimentado pelo preconceito e pelo ódio.

No entanto a barbárie bolsonarista produziu uma fratura importante na elite brasileira. E essa ala

procura desesperadamente uma candidatura para se contrapor à polarização entre Bolsonaro e Lula. Querem a continuidade da política ultraliberal, mas sem o isolamento internacional e a fragilização do regime democrático eleitoral.

Essa fração da elite é, também, poderosa economicamente e conta com significativo poder na grande mídia. Seus pré-candidatos são quase todos bolsonaristas "arrepentidos". Foram contribuintes ativos da chegada de Bolsonaro ao poder em 2018. Mas aí reside exatamente sua fraqueza. Corroboraram covardemente com a selvageria e a agenda antipovo e agora não têm discurso, programa ou candidatura competitiva. Tentarão assim mesmo uma unificação que se afigura difícil como "terceira via", mas que não deve ser desprezada.

Nesse quadro complexo, é imprudente e mesmo irresponsável pensar que uma alternativa à esquerda já tenha vitória assegurada. Portanto, é mais do que necessário continuar apostando nas ruas, aumentando a mobilização popular e a ação nas redes sociais pelo "Fora, Bolsonaro". Isso é fundamental, não só para breçar a agenda conservadora, mas também para combater e inibir a milicianização da política e enfrentar a onda de mentiras propagadas com o apoio de empresários criminosos.

Imprescindível é a unidade das forças do campo democrático e popular. Diante do perigo iminente, trabalhar de forma harmônica contra o hegemonismo e o sectarismo em uma luta que exige sabedoria, tolerância e generosidade, contemplando todos os atores na batalha pelo impeachment e na participação ampla do processo eleitoral.

Essa unidade se constrói na aposta e num programa voltado aos "de baixo", na superação desse modelo econômico execrável, concentrador de renda, riqueza e poder, que perpetua a exclusão social e os preconceitos que marcam a dominação de classe no país. Sem distribuição de renda e busca do fim das desigualdades não há democracia.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49724&anchor=6445003&pd=1612b1546cafce8c0a80040e69967354>

BC admite alta maior de juros

ROSANA HESSEL

A cada semana, o pessimismo no mercado fica maior, diante do aumento da desconfiança no governo e da deterioração das regras fiscais em pleno ano eleitoral. Enquanto as projeções para a **inflação** continuam subindo para além das metas, tanto para 2021 quanto para 2022, as previsões para a taxa básica de juros da economia (Selic) no fim do próximo ano aumentaram para 11%, e analistas não descartam que os juros possam chegar a 14%, patamar registrado na recessão de 2015 a 2016.

O mau humor cresce com a indefinição sobre a votação da PEC dos Precatórios, a proposta de emenda à Constituição que permite um calote nas dívidas judiciais e fura o teto de gastos, para possibilitar o aumento das despesas públicas em 2022. Analistas afirmam que a proposta é ruim, mas há os que enxergam um Plano B, via medida provisória, para criar espaço para gastar.

Essa saída é a menos pior para os mais imediatistas ? aqueles que estão preocupados apenas com o estouro do teto de 2022 e não enxergam o estrago institucional de longo prazo que a PEC poderá causar.

Como nenhuma saída é animadora, as previsões para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) pioraram tanto para este ano quanto para o próximo ? e a mediana das projeções do boletim Focus, do Banco Central, já está em 1% para 2022. É um percentual menor do que o 1,2% do **PIB** em 2019, resultado que foi revisado para baixo, na semana passada, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Antes, a taxa de 2019 era de 1,4%.

Já as previsões para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano subiram pela 31ª semana consecutiva, para 9,33%, bem acima do teto da meta oficial, de 5,25%. Para 2022, quando a meta é de 5%, a previsão do IPCA foi elevada pela 16ª semana seguida, para 4,63%.

Com intuito de acalmar o mercado, especialmente os investidores internacionais ? cuja desconfiança acaba tendo reflexo na taxa de câmbio e, conseqüentemente, na **inflação** ?, o diretor de Política Monetária do BC, Bruno Serra, disse em entrevista a órgãos de imprensa japoneses, que, em dezembro, o Comitê de Política Monetária (Copom) poderá elevar a taxa Selic além do 1,5 ponto percentual sinalizado na reunião de outubro.

"Se for necessário, o BC poderá aumentar a taxa em mais de 150 pontos-base", disse Serra, em entrevista virtual concedida na quinta-feira e publicada, ontem, pelo Nikkei Asia. "Ainda estamos perseguindo o centro da meta para 2022", acrescentou Serra, sinalizando que o Copom deverá intensificar a velocidade do aperto monetário.

Em relação à PEC dos Precatórios, que afrouxa as regras fiscais, o diretor do BC reconheceu que gastos em qualquer rubrica não podem ser aumentados sem corte de despesas em outra área ? uma preocupação que o mercado não está enxergando no governo.

graficos economia (foto: PACIFICO)

Piso de 12%

Analistas avaliam que o BC não tem como evitar um aperto monetário mais forte. Para Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust Gestora de Recursos, a fala de Bruno ajudou a amenizar a queda da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), às vésperas da votação da PEC dos Precatórios, prevista para hoje. O clima é tenso para qualquer desfecho da votação, que busca espaço para a criação do novo Bolsa Família.

"Como a PEC é ruim, porque amplia o teto para o governo gastar mal ao mudar o indexador, o Plano B, seja qual for, também é ruim. A conclusão é de que o governo vai fazer política fiscal expansionista e vai gastar colocando decreto de calamidade pública se a proposta não for aprovada", resumiu. Segundo ele, a piora nas projeções do mercado mostra que tudo é possível, inclusive a taxa Selic chegar a 14% no ano que vem. "O piso para a Selic é de 12% em maio de 2022", alertou Velho.

Na avaliação de Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV, a fala de Bruno Serra deixou a "porta aberta" para uma alta mais forte na Selic em dezembro. "A leitura que faço é de que estamos vivendo em um ambiente de muitas incertezas, não só em relação à PEC dos Precatórios, mas a algo mais profundo, a condução da política fiscal neste governo e no próximo. Existe uma crise de confiança, e isso não é neutro para a economia. Muda os patamares de câmbio, de **inflação**, de juros e de crescimento", explicou.

"Ninguém sabe exatamente qual será a intensidade de mudança dessas variáveis, muito menos, o Banco

Central. Por isso, o BC está deixando a porta aberta para poder reagir a qualquer cenário, pois um dos erros que cometeu, no passado, foi se comprometer com estratégias de normalização parcial dos juros e com o chamado forward guidance", acrescentou.

Por enquanto, Padovani prevê a Selic a 11% no início do próximo ano, mantendo-se nesse patamar até dezembro. "Mas é possível (a taxa) chegar a 14%, porque o governo ainda vai sofrer muita pressão para aumentar o gasto público no ano que vem. Dependendo do grau de perda de credibilidade, isso vai pressionar mais o câmbio, e o limite para a alta dos juros será difícil dizer. Tudo vai depender da tendência e do cenário econômico. Por enquanto, nas nossas projeções, a Selic não chega a 14%, mas o nível de incerteza é muito alto", afirmou.

Para Luis Otávio de Souza Leal, economista-chefe do Banco Alfa, o diretor do BC deu uma "resposta padrão" para não perder a ancoragem para a próxima reunião do Copom. Leal prevê a Selic encerrando 2022 em 10,75%, mas também não descarta a possibilidade de a taxa básica chegar a 14% no meio do próximo ano.

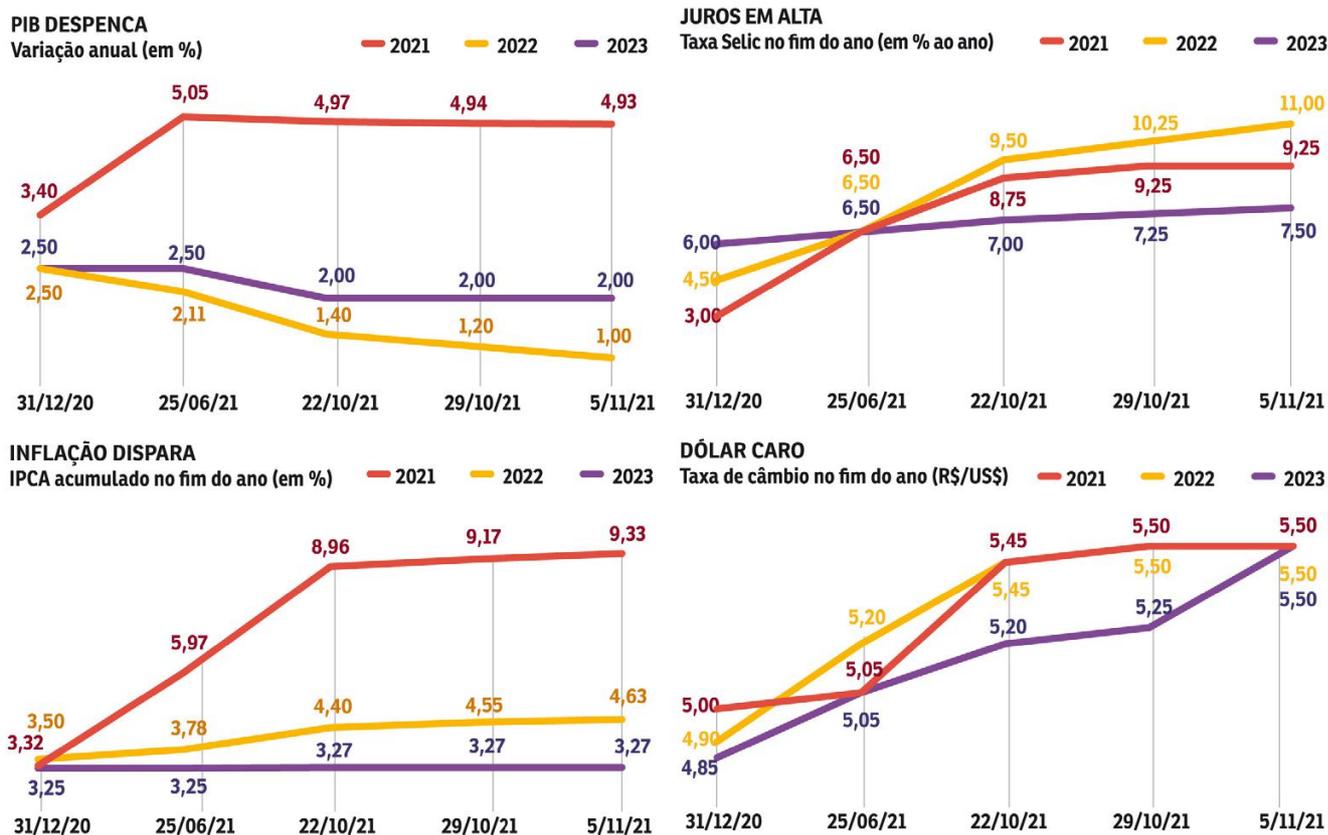
"Acho difícil, mas não impossível. Tudo vai depender do real compromisso do BC com a meta de **inflação** para 2022. Temos que levar em consideração que essa meta só será relevante para a política monetária até a reunião (do Copom) de março, e, mesmo assim, já com um peso bem menor que a meta de 2023", disse.

Cenário sombrio

Aumento das incertezas e dos riscos políticos e fiscais deixam o mercado cada vez mais pessimista



Evolução da mediana das principais estimativas do mercado no boletim Focus, do Banco Central



Fonte: Banco Central

Mercado eleva pela 3^o vez seguida previsão para Selic em 2022, a 11%

Camila Moreira

O mercado elevou pela terceira vez seguida a expectativa para a taxa básica de juros em 2022, em meio a projeções cada vez mais altas para a **inflação**, de acordo com a pesquisa Focus divulgada pelo Banco Central nesta segunda-feira (8).

A projeção para a Selic em 2022 foi a 11%, de 10,25% na semana anterior. Para 2021, a estimativa ficou em 9,25%. Hoje, a Selic está em 7,75%, e o Comitê de Política Monetária do BC volta a se reunir para decidir sobre a política monetária no início de dezembro.

O levantamento semanal apontou que a expectativa para a alta do IPCA em 2021 aumentou pela 31ª vez seguida, chegando a 9,33%, de 9,17% antes. A conta para o ano que vem também aumentou e bateu em 4,63%, de 4,55%.

O centro da meta oficial para a **inflação** em 2021 é de 3,75% e para 2022 é de 3,50%, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Para o Produto Interno Bruto (**PIB**), a estimativa de crescimento este ano foi a justada em 0,01 ponto percentual para baixo, a 4,93%. Para 2022, caiu com mais força, a 1,0%, de 1,20%

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49724&anchor=6444991&pd=bf89e90c7468ddd77495b57cdd10430c>

Orçamento não pode ter dono (Artigo)

Felipe Salto

Adam Smith, na Teoria dos sentimentos morais (1759), escreveu que "a regra geral se forma por se descobrir, a partir da experiência, que se aprovam ou desaprovam todas as ações de determinada espécie, ou circunstanciadas de certa maneira". Isto é, a prática e os valores precedem as leis. As emendas de relator-geral do Orçamento desvirtuam uma regra geral fundamental: o respeito ao dinheiro público. É o patrimonialismo redivivo.

O Poder Executivo envia ao Congresso a proposta orçamentária.

As únicas hipóteses para emendas parlamentares são: a anulação de despesas e a correção de erros e omissões. Está no parágrafo 3.º do artigo 166 da Constituição: "As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso: (...) II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa (...); ou III - sejam relacionadas: a) com a correção de erros ou omissões; ou b) com os dispositivos do texto do projeto de lei." As emendas individuais e de bancada tornaram-se impositivas, respectivamente, em 2015 e 2019 (Emendas à Constituição - ECs n.ºs 86 e 100). No caso das individuais, garantiu-se 1,2% da Receita Corrente Líquida (RCL, conceito usado para medir a arrecadação) em 2017, sendo metade obrigatoriamente para a saúde. Já as emendas de bancada estadual correspondem a 1% da RCL. As emendas individuais, conforme a EC n.º 95, de 2016, são corrigidas pela inflação acumulada em 12 meses até junho (regra do teto).

Antes, o Executivo podia contingenciá-las. Hoje, há uma blindagem do valor reservado já no Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa), que só pode ser reduzido na mesma proporção em que o Executivo cortar as suas despesas discricionárias (não obrigatórias).

Desde 1989, o Congresso reestimava as receitas calculadas pelo Executivo alegando "erro" de projeção. Isso abria espaço para emendas ao Orçamento, depois contingenciadas parcialmente por decreto.

Ocorre que o teto de gastos reduziu a eficácia desse jogo. A Instituição Fiscal Independente (IFI) tem mostrado, há vários anos, a contenção das despesas discricionárias requerida para cumprir o teto. Começou-se a buscar saída para emendar o

Orçamento escapando das amarras do teto. Reestimar a receita já não serviria na presença de despesas próximas do teto.

A solução foi ampliar o escopo das emendas de relator-geral do Orçamento, promovendo inclusive revisões para baixo em projeções de gastos obrigatórios, como ocorreu em 2021.

O papel do relator é central; coordena as alterações no Ploa em todas as etapas. Para isso, dialoga permanentemente com o Executivo. As emendas de relator deveriam se restringir à correção de erros e omissões, com amparo na Constituição.

Uma brecha da Resolução do Congresso n.º 1, de 2006, tem permitido a extrapolação do texto constitucional.

Ocorre que, desde 2019 (já ocorria antes em menor intensidade), essas emendas do relator começaram a acolher demandas de parlamentares e do próprio Executivo. O relator passou a emendar o Orçamento por meio de um carimbo específico (o "RP-9"), uma forma de identificar essas mexidas e garantir os acordos a posteriori.

A pulverização e o tamanho alcançados levaram aos alertas da imprensa, inicialmente do Estadão, em matérias do jornalista Breno Pires. Na IFI, publicamos dois trabalhos sobre isso no âmbito do Orçamento de 2021.

A decisão da ministra Rosa Weber, nos últimos dias, limita o RP-9. Está correta. Não há critérios objetivos para a gestão desses vultosos recursos e as combinações entre governo e relator-geral estão muito distantes dos olhos da sociedade.

Por que um município recebeu mais em RP-9 do que outro? Hoje, com dados públicos, é impossível responder a questões como essa.

O tipo de negociação aí embutida deve merecer as atenções de todos nós. A PEC dos Precatórios, por exemplo, foi aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados. O rombo no teto de gastos poderá ficar entre R\$ 92 bilhões e R\$ 95 bilhões em 2022. Uma parte relevante iria para o relator-geral distribuir no âmbito do Ploa.

Os fatos estão aí. O quadro é potencialmente grave.

O orçamento das emendas de relator-geral está em torno de R\$ 17 bilhões em 2021. Há gastos do Ministério do Desenvolvimento Regional, do Fundo Nacional de Saúde, dentre outros.

Para 2022, as contas preliminares da IFI indicam emendas de relator na casa de R\$ 15 bilhões, caso se aprove a PEC dos Precatórios.

Se o RP-9 passou a ser um instrumento novo na relação entre o Executivo e o Legislativo, ele tem de ser regulamentado.

Deve haver regras para realizar tais despesas, e com transparência, ou voltaremos à idade da pedra lascada na gestão fiscal.

Alternativamente, restrinja-se a emenda de relator.

Raymundo Faoro escreveu, em Os donos do poder: "A comunidade política conduz (...) os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois (...). O súdito, a sociedade, se compreendem no âmbito de um aparelhamento a explorar, a manipular, a tosquiar nos casos extremos.

Dessa realidade se projeta, em florescimento natural, a forma de poder, institucionalizada num tipo de domínio: o patrimonialismo (...)".

O Orçamento não pode ter donos.

Felipe Salto, DIRETOR-EXECUTIVO E RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DA IFI

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mesmo com ação no STF contra PEC dos precatórios, Lira quer votação hoje



ANNE WARTH E GUSTAVO PORTO

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse em entrevista ao Papo com Editor, do Broadcast Político (serviço de informação em tempo real do Grupo Estado focado na cobertura política), não acreditar que o Supremo Tribunal Federal (STF) vá paralisar a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos precatórios - que viabiliza o pagamento do Auxílio Brasil em 2022.

Aprovado em primeiro turno na semana passada, o texto deve ser votado hoje em segundo turno pela Câmara, afirmou Lira, para quem o placar final será mais favorável do que os 312 votos da semana passada, só quatro a mais do que o mínimo exigido.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o PDT, o secretário de projetos e ações do governo de São Paulo, Rodrigo Maia (sem partido- RJ), e os deputados Alessandro Molon (PSB-RJ), Joyce Hasselman (PSL-SP), Kim Kataguirí (DEM-SP) e Marcelo Freixo (PSB-RJ) entraram com ações no STF com pedido de liminar para barrar a tramitação da PEC, em razão de manobras que teriam contribuído para aumentar o apoio ao texto. A ministra Rosa Weber, do STF, determinou que Lira e os demais membros da mesa diretora da Câmara enviem à Corte informações sobre as mudanças regimentais adotadas de última hora para a votação.

Em paralelo, ela suspendeu temporariamente os repasses feitos pelo governo Jair Bolsonaro a parlamentares da base aliada por meio do chamado orçamento secreto. O caso deve ser julgado pelo plenário do STF nesta semana.

INTERFERÊNCIA. Para Lira, o STF pode se pronunciar sobre a constitucionalidade da PEC dos

precatórios após sua aprovação, mas não impedir sua votação.

"O Supremo pode se pronunciar depois sobre a constitucionalidade de uma matéria, mas interferir no âmbito de uma matéria eu nunca vi acontecer, e espero que não aconteça, porque os Poderes se respeitam e sabem das suas atribuições e competências." O presidente da Câmara disse ter um bom relacionamento com o STF e lembrou ter atuado como "bombeiro" quando houve tensão entre o Judiciário e o presidente Jair Bolsonaro.

Destacou ainda que agiu da mesma forma nos protestos contra os ministros no feriado de 7 de Setembro, quando apoiadores do presidente ameaçaram invadir a sede do Supremo.

"Com relação a medidas judiciais, eu lamento sempre quando se judicializa a política. Não pode, o tempo todo, ganhar votações de um a 312, de um a 408, de um a 360. Necessariamente, tudo que estamos tratando é matéria "interna corporis" do Poder Legislativo." A PEC abre espaço no Orçamento de 2022, ano de eleições, de R\$ 91,6 bilhões, ao adiar o pagamento de precatórios (dívidas do governo já reconhecidas pela Justiça) e mudar a correção do teto de gastos, a regra que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à **inflação**.

O texto foi defendido pelo governo como forma de viabilizar o pagamento de benefício de R\$ 400 por meio do Auxílio Brasil. A proposta é criticada, porém, porque a folga também será usada para turbinar as emendas parlamentares. A divisão exata do espaço liberado pela proposta no teto de gastos só será definida na votação do Orçamento de 2022.

"Quem não quer dar R\$ 400, acha que isso vai influenciar no processo eleitoral e está levando isso além do aspecto socioeconômico muito forte, que é a fome", rebateu Lira.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Se necessário", diretor do BC admite alta acima de 1,5 ponto para a Selic

THAÍS BARCELLOS

Em entrevista ao jornal japonês Nikkei Asia, o diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Bruno Serra, indicou não descartar uma nova aceleração do ritmo de alta da taxa Selic. Na mais recente reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), o BC apertou o passo de 1,00 ponto percentual para 1,50 ponto percentual, levando a taxa a 7,75% ao ano. Além disso, o colegiado indicou novo aumento de igual magnitude em dezembro, o que levaria a Selic a 9,25%. "Se for necessário aumentar a taxa em mais de 1,50 ponto percentual, nós precisaremos fazer isso", disse Serra, na entrevista, concedida na última quinta-feira.

O diretor de Política Monetária ainda reforçou que o BC segue mirando a meta de **inflação** de 2022, embora o mercado financeiro pareça cada vez mais descrente do cumprimento desse objetivo. "Nós ainda estamos perseguindo o centro da meta de 2022." Ontem, o Boletim Focus mostrou que a mediana para o IPCA, o índice oficial de **inflação**, de 2022 aumentou pela 16.^a vez consecutiva, de 4,55% para 4,63%, mais perto do teto (5%) do que do centro (3,50%) da meta. O Copom, por sua vez, projeta 4,10% no cenário básico, conforme a estimativa informada no encontro de outubro.

TETO DE GASTOS. Quanto às discussões fiscais sobre a ampliação do Bolsa Família, Serra disse que o mercado questiona "a estabilidade do arcabouço do teto de gastos que funcionou muito bem desde 2016". O diretor acrescentou, segundo a entrevista, que um aumento de gasto não pode ocorrer sem a redução de outras despesas.

Sobre o cenário externo, conforme a entrevista ao Nikkei Asia, Serra disse que o início da normalização monetária pelo Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) já era esperado e que os participantes do mercado se prepararam "muito bem". Depois de injetar cerca de US\$ 4,3 trilhões na economia na pandemia, o Fed confirmou, na quarta-feira passada, que começará a fechar as torneiras.

O diretor do BC afirmou que é "razoável esperar" que a primeira alta de juros nos Estados Unidos ocorra no segundo semestre de 2022. Serra também considerou que países emergentes, incluindo o Brasil, não devem

sofrer grande impacto quando o Fed iniciar a alta de juros norte-americanos.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Gasolina sobe pela 5ª semana e chega a R\$ 7,99 nos postos

**BRUNO ROSA, MANOEL VENTURA, GLAUCE
CAVALCANTI**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Os riscos da PEC dos Precatórios - LUIZ SCHYMURA

LUIZ SCHYMURA

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187057?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187057?page=1§ion=1

Mercosul será relevante se responder às oportunidades de mercado, diz Guedes

Mariana Ribeiro e Lu Aiko Otta

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187057?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187057?page=1§ion=1

Inflação corrói orçamento e preocupa execução do Censo

Lucianne Carneiro

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187057?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187057?page=1§ion=1

Substituir Bolsa Família por Auxílio Brasil vai gerar 'insegurança social', afirma economista



Leonardo Viaceli

A substituição do Bolsa Família pelo Auxílio Brasil vai provocar uma "insegurança social", afirmou nesta segunda-feira (8) o economista Manoel Pires, coordenador do Observatório de Política Fiscal do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas).

O novo programa de transferência de renda prevê repasses no valor de R\$ 400 até o final de 2022, ano de eleições.

O problema, segundo Pires, é que o futuro dos pagamentos ainda é incerto, tanto em caso de reeleição do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) no próximo ano, quanto em caso de troca no Palácio do Planalto.

"Em dezembro de 2022, se tudo correr como o governo está planejando, você tem um encontro com isso novamente, com esse dilema. Os beneficiários podem achar que não terão mais direito ao benefício. Isso vai causar uma insegurança social", relatou o pesquisador.

"A gente tem um programa que ninguém questiona, o

Bolsa Família. Ao mesmo tempo, todo mundo critica os outros programas por serem ruins, por terem de melhorar. A gente está querendo mexer naquele que funciona bem."

A substituição do Bolsa Família pelo Auxílio Brasil vai provocar uma "insegurança social", afirmou nesta segunda-feira (8) o economista Manoel Pires, coordenador do Observatório de Política Fiscal do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas).

O novo programa de transferência de renda prevê repasses no valor de R\$ 400 até o final de 2022, ano de eleições.

O problema, segundo Pires, é que o futuro dos pagamentos ainda é incerto, tanto em caso de reeleição do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) no próximo ano, quanto em caso de troca no Palácio do Planalto.

"Em dezembro de 2022, se tudo correr como o governo está planejando, você tem um encontro com isso novamente, com esse dilema. Os beneficiários podem achar que não terão mais direito ao benefício. Isso vai causar uma insegurança social", relatou o pesquisador.

"A gente tem um programa que ninguém questiona, o Bolsa Família. Ao mesmo tempo, todo mundo critica os outros programas por serem ruins, por terem de melhorar. A gente está querendo mexer naquele que funciona bem."

O projeto do Auxílio Brasil provocou uma série de críticas entre analistas, em razão das incertezas sobre o financiamento e dos possíveis riscos fiscais. O drible no teto de gastos para bancar a medida gerou tensão em setores como o mercado financeiro nas últimas semanas.

Na sexta-feira (5), Bolsonaro editou decreto reajustando a classificação de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza para beneficiários do Bolsa Família, que, a partir deste mês, passa a se chamar Auxílio Brasil.

O decreto altera um texto anterior, de 2018, e passa a considerar como famílias em situação de extrema pobreza aquelas com renda per capita mensal de até R\$ 100 (antes, era de R\$ 89); e aquelas com até R\$ 200 passam a ser consideradas em situação de pobreza (antes, era R\$ 178).

A medida deve ampliar o número de famílias atendidas pelo Auxílio Brasil.

Como mostrou reportagem da Folha, técnicos do Ministério da Economia tiveram de tomar decisões ligadas ao programa com base em informações incertas e em meio a dúvidas sobre os números do auxílio.

Nesta segunda, Pires ainda lembrou que o sistema tributário brasileiro carrega um viés regressivo, porque atinge mais o consumo do que a renda. Os **impostos** sobre o consumo acabam afetando mais, em termos proporcionais, os pobres.

Na visão do economista, "há espaço" para o país eliminar "distorções" e tributar mais a renda, criando, assim, mecanismos para o financiamento de políticas de assistência social.

A demanda dos mais vulneráveis por medidas de auxílio ficou mais evidente a partir da chegada da pandemia, em 2020, indicou Pires.

"Uma boa forma de fazer a discussão do financiamento da **seguridade social** é eliminar distorções, consolidando uma boa parte da tributação na tabela do Imposto de Renda."

Medeiros também defendeu alterações no sistema tributário para a garantia de recursos na área social.

Na visão do professor, outra possibilidade seria a criação de um fundo para o pagamento de benefícios aos mais necessitados.

Segundo ele, o fundo teria um caráter contracíclico, ou seja, serviria para disponibilizar recursos à área social em períodos de crise. A ideia seria proteger a verba para o combate às dificuldades e, assim, incentivar a reação da economia.

"O problema do estado não é gastar. O problema é gastar mal. É bom que o estado gaste em coisas muito boas."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49724&anchor=6444991&pd=bf89e90c7468ddd77495b57cdd10430c>

Aumento do preço do diesel tem reflexos em toda a economia



Minhaneiros na entrada do Porto de Santos durante protesto. Agência Estado. 18 de 11/2021

Leonardo Vieceli

A escalada do preço do óleo diesel espalha uma série de reflexos em setores diversos da economia brasileira: do transporte de cargas e passageiros até a produção de alimentos no campo.

Neste ano, o combustível já acumula alta de 65% nas refinarias da Petrobras, o que gera uma pressão até as bombas dos postos.

O diesel mais caro, ao elevar os custos do transporte de cargas nas rodovias, levou a uma onda de críticas dos caminhoneiros à política de preços da estatal.

Parte da categoria chegou a organizar uma greve no começo deste mês, mas a paralisação não ganhou corpo.

Na hora de definir os preços dos combustíveis nas refinarias, a Petrobras leva em consideração o comportamento do petróleo no mercado internacional e a variação do dólar. Trata-se de uma política de paridade.

Com a retomada da economia mundial, após restrições para frear a Covid-19, a demanda por petróleo aumentou ao longo dos meses. Assim, a cotação do barril passou a subir, impactando os preços no Brasil.

Além disso, o avanço do dólar, acima de R\$ 5, gera uma pressão adicional para os combustíveis.

"O real está desvalorizado. O descompasso frente ao dólar se reflete nos preços", diz o economista Marcio

Sette Fortes, professor do Ibmec-RJ.

Entre os dias 31 de outubro e 6 de novembro, o valor médio do diesel nos postos brasileiros foi de R\$ 5,339 por litro, indica pesquisa da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis). A marca representa avanço de 47,2% frente ao final do ano passado (R\$ 3,628).

O diesel mais alto também eleva as despesas de empresas que realizam o transporte de passageiros. No dia 28 de outubro, operadoras de ônibus urbanos criticaram o governo federal e a política de preços da Petrobras.

"Preço do diesel mostra que o governo quer ônibus lotado e serviço ruim", afirmou na ocasião a NTU (Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos), que representa o setor.

A alta do insumo ocorre no momento em que o transporte de passageiros tenta se recuperar do baque causado pela pandemia. Segundo a NTU, as operadoras de ônibus urbanos amargam um prejuízo acumulado de pelo menos R\$ 17 bilhões durante a crise sanitária.

"A omissão do governo federal frente aos sucessivos reajustes do óleo diesel, insumo que representa em média 26,6% do custo do transporte público coletivo, está forçando a insolvência das empresas operadoras", disse a NTU.

No campo, o combustível é insumo para a operação de máquinas agrícolas, além de ser usado no transporte de mercadorias em caminhões. Ou seja, ao subir, encarece os custos de produção de alimentos.

"O diesel alto tem um efeito de médio e longo prazo na economia, maior do que o da gasolina. Impacta desde o transporte de cargas e passageiros até bens industriais e in natura", afirma o economista Matheus Peçanha, do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

Segundo ele, o combustível tende a permanecer em nível elevado pelo menos até o começo do próximo ano.

A perspectiva está relacionada ao processo de

reabertura da economia internacional. O movimento deve seguir nos próximos meses, mantendo a demanda por petróleo aquecida, segundo o pesquisador.

Em meio à escalada de preços no Brasil, o Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), colegiado que reúne governo federal e secretários de Fazenda dos estados e do Distrito Federal, aprovou o congelamento, até o final de janeiro, do valor do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) cobrado nas vendas de combustíveis.

De acordo com especialistas, a medida tem efeito limitado, já que não impede novos avanços para o consumidor.

"A perspectiva é de os combustíveis continuarem muito pressionados. O ICMS não é a causa do aumento dos preços. O que provoca a alta é o aumento do barril de petróleo e do dólar", aponta Peçanha.

A moeda americana voltou a ganhar força na reta final deste ano com o cenário de incertezas fiscais. As dúvidas sobre as contas públicas aumentaram após o governo federal decidir driblar o teto de gastos para pagar o Auxílio Brasil.

"Estamos em um cenário de retomada da economia no mundo, e pode haver nova elevação do petróleo. Isso poderia ser compensado com o dólar em um patamar mais baixo", analisa Fortes.

O avanço dos combustíveis joga pressão sobre o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) às vésperas do ano eleitoral. Nas últimas semanas, Bolsonaro passou a fazer críticas à Petrobras, chegando a dizer que a estatal deveria ter um "viés social" e lucrar menos.

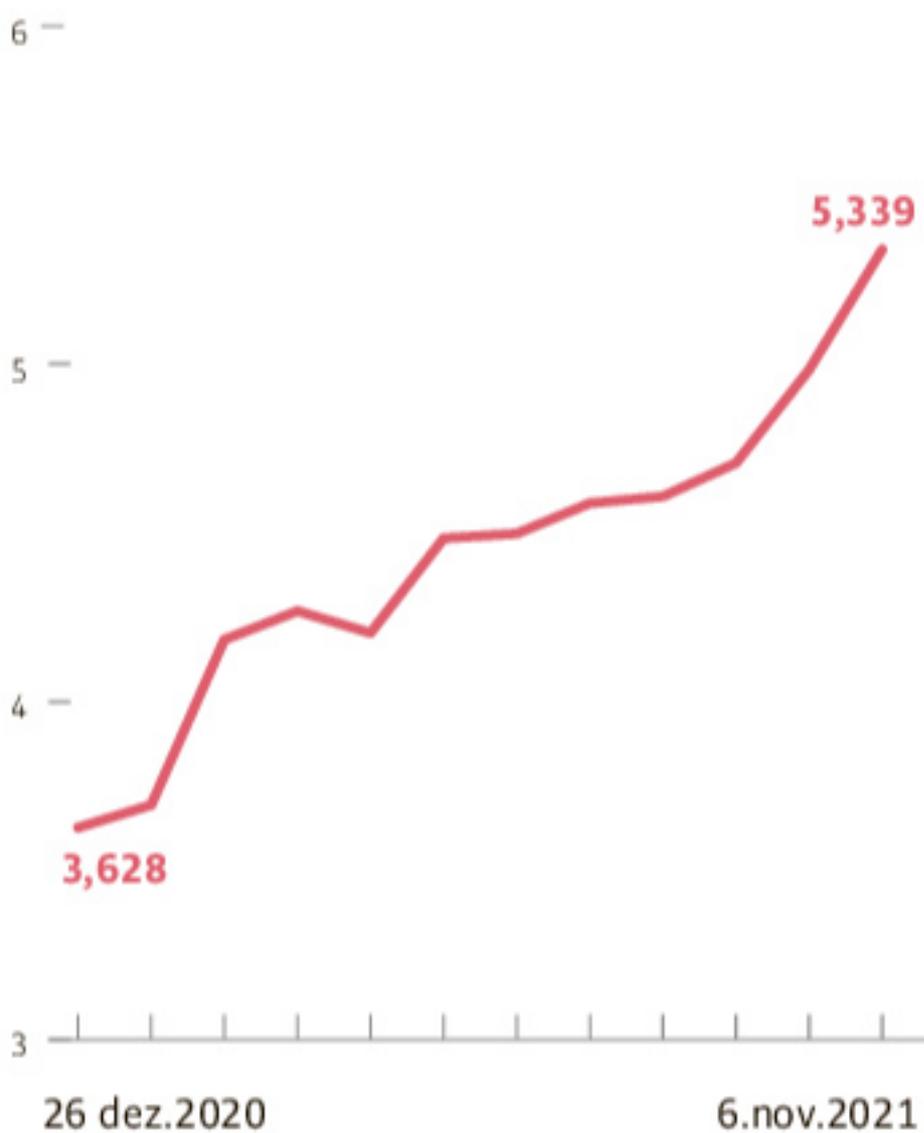
A empresa, por sua vez, argumentou que seus resultados positivos beneficiam toda a sociedade, com a distribuição de dividendos à União, pagamento de **impostos** e investimentos.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49724&anchor=6444991&pd=bf89e90c7468ddd77495b57cdd10430c>

Preço do diesel

Média por litro nos postos brasileiros, em R\$



Fontes: ANP

Com incertezas na economia, Bolsa brasileira já perdeu 18% este ano e come poeira das estrangeiras

Vitor da Costa

Acúmulo de quedas na Bolsa de Valores brasileira, a B3, vai na contramão da recuperação dos mercados internacionais Foto: Reprodução

RIO - Nas últimas semanas, enquanto as Bolsas americanas renovaram seus recordes de fechamento, a brasileira não conseguiu deslanchar. Até na comparação com outros mercados emergentes o Brasil fica para trás.

As incertezas fiscais e políticas, a alta de juros e a revisão para baixo das perspectivas econômicas prejudicam o desempenho do Ibovespa e fazem o principal índice da B3 comer poeira em relação a seus pares.

No ano, o Ibovespa acumula queda de 11,96%. Quando se considera o índice em dólar, o tombo chega a 17,75%.

A desvalorização do índice em dólares reflete, além do recuo dos ativos locais, a depreciação do real frente à moeda americana. Nesta segunda, o dólar comercial fechou com alta de 0,39%, a R\$ 5,5410.

Aumenta a desconfiança dos investidores. Na foto, o ministro da Economia, Paulo Guedes. A Lei de 2017 manteve a expansão das despesas públicas limitada à **inflação**. Com sete anos de déficit público, mexer nessa âncora gera desconfiança no mercado. Investidores tendem a evitar alocar recursos em papéis e projetos no país com maior percepção de risco Foto: Washington Costa / Ministério da Economia

Real se desvaloriza perante o dólar: Com a incerteza sobre se o governo vai conseguir equilibrar as contas, investidores estrangeiros evitam o Brasil ou tiram seus investimentos daqui. Aumenta a demanda por dólar em busca de proteção, impulsionando cotação Foto: Arquivo

Inflação sobe: Com mais gastos públicos, aumenta a circulação de dinheiro na economia, um dos fatores que incentivam a **inflação**. Além disso, a alta do dólar bate direto na **inflação** ao tornar mais caros produtos

importados ou com preços negociados no exterior, como alimentos e combustíveis Foto: Luiza Moraes/Agência O Globo

Juros sobem: Com a **inflação** subindo, o Banco Central é obrigado a elevar ainda mais a taxa básica de juros, que atualmente está em 6,25%. Isso deixa o crédito mais caro para as famílias - do rotativo do cartão de crédito ao financiamento da casa própria - e para as empresas Foto: Daniel Marengo/ Agência O Globo

Economia gera menos empregos: Com a **inflação** corroendo renda e crédito mais caro, o consumo cai e as empresas investem menos em novos projetos para abrir mais vagas Foto: Gabriel de Paiva / Agência O Globo

Enquanto isso, as Bolsas americanas e europeias continuam a aproveitar o cenário de maior liquidez no mercado, ainda que persistam preocupações com uma **inflação** mais alta a nível global. Alguns índices acumulam valorização acima de 20%.

Contaminação eleitoral

Segundo a gestora de renda variável da Macro Capital, Priscila Araújo, o desempenho ruim do Ibovespa, principalmente no segundo semestre, deve-se à depreciação no preço de algumas commodities, com as perspectivas de desaceleração da economia chinesa, e a preocupações internas com o cenário fiscal.

Ela ainda destaca o aumento da taxa básica de juros, a Selic, pelo Banco Central (BC) a fim de conter a **inflação**.

Com juros mais altos, fica mais caro para as empresas conseguirem se financiar, e as que têm dívidas muito altas veem seus débitos crescerem.

E isso impacta diretamente no valor da ação, que é calculado quando se traz a perspectiva de lucros futuros de uma empresa para o valor presente. Quanto mais juros, portanto, menores os lucros e maior a taxa de desconto.

- Voltando a ter uma taxa de juros muito alta, temos uma competição muito grande com os ativos de renda fixa - ressalta Priscila.

Desde o início de agosto, o foco está no cenário fiscal, devido ao impasse dos precatórios e, mais recentemente, às mudanças no teto de gastos para garantir o pagamento do Auxílio Brasil, que vai substituir o Bolsa Família e é a aposta do governo para as eleições de 2022.

A Câmara já aprovou, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios. Hoje será a votação em segundo turno, mas o texto ainda terá de passar pelo Senado, onde enfrenta resistências.

Entidades afirmam que PEC 32 teria pouco efeito na melhora da qualidade do serviço público e cria "novos privilégios" para as polícias Foto: EVARISTO SA / AFP

Manifestante usa máscara com imagem do presidente Bolsonaro para protestar contra a PEC 32 Foto: EVARISTO SA / AFP

Manifestantes de movimentos sociais usando máscaras retratando o presidente Jair Bolsonaro protestam contra políticas governamentais em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília Foto: EVARISTO SA / AFP

Manifestantes se deitam em performance durante protesto Foto: EVARISTO SA / AFP

Um dos pontos criticados é a mudança na avaliação de desempenho dos servidores Foto: EVARISTO SA / AFP

Servidores públicos usaram máscaras para protestar o presidente Foto: UESLEI MARCELINO / REUTERS

Para o Centro de Liderança Pública (CLP), o texto da reforma administrativa é favorável ao patrimonialismo e não deve ser aprovado Foto: UESLEI MARCELINO / REUTERS

Máscaras com o presidente Bolsonaro representado como a morte são queimadas durante protesto Foto: UESLEI MARCELINO / REUTERS

- O mercado não gosta de trabalhar com incerteza. Com a indefinição sobre a PEC dos Precatórios e o quanto de gastos vai ser embutido nesse processo todo, devemos continuar a ter volatilidade - diz a gestora da Macro.

Para o CEO da plataforma Ohmresearch, Roberto

Attuch, o descompromisso do governo com as contas públicas passa uma sinalização ruim para o mercado:

- O que fez o Brasil ser a pior Bolsa do mundo este ano é a agenda eleitoral e o fato dessa busca de popularidade por parte do governo ter contaminado o debate do cenário econômico.

Perde até dos emergentes

Nos Estados Unidos, os três principais índices registram ganhos acima dos 19%. Na Europa, as principais bolsas também apresentam fortes altas, como a de Paris, com 26,9% de valorização.

Felipe Mattar, sócio-fundador da Atmosphere Capital, gestora especializada em investimentos no exterior, ressalta que o desempenho das Bolsas americanas é impulsionado, dentre outros fatores, pelos resultados corporativos positivos.

O secretário especial de Tesouro e Orçamento, Bruno Funchal, pediu demissão em outubro de 2021 logo após o governo anunciar a criação do Auxílio Emergencial com parte dos pagamentos fora do teto de gastos, algo que ele sempre se disse contra Foto: Washington Costa / Ascom/ME

O secretário do Tesouro Nacional, Jeferson Bittencourt, pediu demissão em outubro de 2021 junto com o secretário especial Bruno Funchal, a quem sucedeu no cargo no mesmo ano Foto: Aílton de Freitas / 20-12-2013

Gildenora Batista Dantas Milhomem, secretária especial adjunta de Tesouro e Orçamento, também pediu exoneração de seu cargo junto com Funchal, em outubro de 2021, alegando razões pessoais, em meio à crise aberta pelo projeto do Auxílio Brasil com recursos fora do teto de gastos Foto: Ministério da Economia / Reprodução

O secretário-adjunto do Tesouro Nacional, Rafael Cavalcanti de Araujo, também pediu exoneração de seu cargo em outubro de 2021 após a debandada provocada pelo plano de financiar o programa social Auxílio Brasil fora do teto de gastos Foto: Hoana Gonçalves / Agência O Globo

Insatisfeito com o atraso no envio da reforma administrativa ao Congresso, Paulo Uebel deixou o cargo de Secretário especial de Desburocratização em agosto de 2020 Foto: Fátima Meira / Agência O Globo

Após a crise causada pela sanção do Orçamento de 2021, o ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou a saída de Waldery Rodrigues do cargo de secretário especial da Fazenda, em 27 de abril, a

pedido do secretário. O secretário informou que combinou a substituição em dezembro do ano anterior
Foto: Ascom / Edu Andrade/ME

Na dança de cadeiras do Ministério da Economia, o secretário de Orçamento Federal, George Soares, também deixou o cargo. Foto: Agência Brasil

A advogada tributarista Vanessa Canado, assessora especial do Ministério da Economia voltada à **reforma tributária**, pediu demissão, mas não detalhou o motivo da saída Foto: Silvia Zamboni / Valor

Presidente do BB, André Brandão, entregou o cargo no dia 18 de março. Programa de reestruturação de Brandão desagradou ao presidente Bolsonaro Foto: Marcelo Camargo / Agência Brasil

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, deixa o cargo no dia 20 de março, após desagradar a Bolsonaro com reajustes de combustíveis. Ele foi indicado por Guedes Foto: AFP

Sem conseguir tirar do papel várias privatizações, Salim Mattar pediu demissão do cargo de secretário de Desestatização do Ministério da Economia em agosto de 2020 Foto: Amanda Perobelli / Reuters

Rubem Novaes pediu demissão da presidência do Banco do Brasil em julho de 2020, após queixas sobre pressão política sobre o banco, cuja privatização chegou a defender Foto: Claudio Belli / Valor/14-2-2019

Ex-ministro da Fazenda no governo Dilma, Joaquim Levy só ficou no cargo de presidente do BNDES até junho de 2019, após críticas públicas de Bolsonaro, que queria abrir a caixa preta do banco Foto: Marcos Corrêa / PR/13-06-2019

Nome forte das contas públicas e um dos criadores do teto de gastos, Mansueto Almeida deixou o comando do Tesouro Nacional e foi para o BTG Foto: Adriano Machado / Reuters

Marcos Cintra deixou a chefia da **Receita Federal** após insistir na defesa de um imposto sobre transações financeiras, nos moldes da antiga CPMF. Uma ideia fixa de Guedes Foto: Leo Pinheiro / Valor/2016

O economista Marcos Troyjo trocou o cargo de Secretário especial de Comércio Exterior pela presidência do New Development Bank, conhecido como o Banco dos Brics, por indicação do governo brasileiro Foto: Carlos Ivan / Agência O Globo 23-10-2012

Caio Megale deixou o cargo de diretor na Secretaria Especial de Fazenda em julho de 2020. Recentemente foi anunciado como novo economista-chefe da XP Investimentos Foto: Washington Costa / SEPEC/ME/15/01/2019

Mattar destaca que mesmo com o processo de retirada de estímulos por parte do Federal Reserve (Fed, o BC americano), anunciado na semana passada, a tendência de alta deve continuar:

- O Fed conseguiu convencer o mercado sobre como se dará o processo de retirada. Você pode ter uma rotação de setores, mas não uma queda das Bolsas.

Quando se compara o desempenho do Ibovespa ao de outros emergentes, o cenário não é muito diferente.

Na comparação com o MSCI Emerging Markets, índice que acompanha o desempenho dos mercados de 26 países emergentes, entre eles Argentina, México, Turquia e Rússia, o Ibovespa também sai perdendo. E a participação brasileira no MSCI ainda contribui para empurrar o índice para baixo.

O presidente da Caixa, Pedro Guimarães, posa na lama de um mangue em Belmonte, na Bahia, ao lado de pescadores de guaiamum, durante uma de suas viagens pelo país. Foto: Caixa / Divulgação

Em Campina Grande, na Paraíba, Guimarães não recusou a contradança. Ele se arriscou dançando quadrilha na capital brasileira do forró. Foto: Caixa / Divulgação

Pedro Guimarães ajuda a plantar uma árvore em Cruzeiro do Sul, no Acre. Foto: Caixa / Divulgação

Além de inaugurar agências e fazer contatos com políticos, o presidente da Caixa também visita locais que têm desafios urbanos, como um lixão em Itabuna (BA). Foto: Caixa / Divulgação

Pedro Guimarães é abraçado por Bolsonaro em um evento com gestores da Caixa, em Brasília, em maio de 2019. O executivo conquistou a confiança do presidente. Foto: Daniel Marengo / Agência O Globo

Pedro Guimarães participa de transmissão na internet do presidente Jair Bolsonaro. O presidente da Caixa é figura fácil nas lives de quinta-feira. Já participou de 22. Foto: Reprodução

Guimarães conversa com o ministro da Economia, Paulo Guedes, em julho de 2019. Guedes o convidou para a Caixa no fim de 2018, mas o executivo conheceu Bolsonaro antes, em 2017. Foto: Daniel Marengo / Agência O Globo

O senador Flávio Bolsonaro fala com Guimarães em cerimônia no Planalto, em 2019. Foram os filhos de Jair Bolsonaro que o apresentaram ao executivo, que ajudou a família na pré-campanha, em 2017. Foto: Jorge William / Agência O Globo

Guimarães em seu gabinete, em Brasília. A gestão é marcada por tensão interna. Já afastou ou trocou de lugar mais de dez executivos. É descrito como quem não tolera discordâncias. Foto: Daniel Marenco / Agência O Globo

Os resultados de Guimarães na Caixa são bem avaliados. O banco bateu recorde de lucro em 2019 e 2020. A venda de ativos já soma R\$ 100 bilhões. Foto: Daniel Marenco / Agência O Globo

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, com Guimarães. Os nomes dos dois são citados em Brasília como alternativas de Bolsonaro a Guedes, numa eventual saída do ministro. Foto: Jorge William / Agência O Globo

Guimarães, que sempre faz um esforço para ser didático em entrevistas, fala em cerimônia para marcar 100 milhões de contas do app Caixa Tem, que centraliza auxílio emergencial. Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo

- O Brasil deixou de ser um mercado de destino final para os investidores, onde você faz uma alocação de maior prazo, para ser um mercado de alocação tática - destaca Attuch.

Perspectivas negativas

A Bolsa de Hong Kong também está em terreno negativo, com queda acumulada no ano de 9,06%. Mas as razões para isso são bem diferentes das observadas no Brasil.

O mercado de Hong Kong sofre com intervenções do governo chinês na economia, que impactam ações de empresas listadas em Bolsa e commodities, e ainda enfrenta a crise da gigante do setor imobiliário chinês Evergrande, cujos papéis desabaram 84% este ano.

Apesar do momento ruim do Ibovespa, analistas ainda veem oportunidades para quem se dispuser a garimpar. As indicações costumam ser de companhias menos sujeitas aos movimentos cíclicos da economia, como frigoríficos e papel e celulose.

O Saara, comércio popular do Centro do Rio, já tem objetos de decoração com motivos natalinos em oferta Foto: Maria Isabel Oliveira / Agência O Globo

Vendedora Rosana Rosa, 28 anos, prepara a loja no Saara, Centro do Rio, para a chegada dos clientes Foto: Maria Isabel Oliveira / Agência O Globo

Loja na Rua Senhor dos Passos, Saara já está em clima de Natal Foto: Maria Isabel Oliveira / Agência O Globo

Funcionário organiza produtos natalinos em prateleira de loja no Saara Foto: Maria Isabel Oliveira / Agência O Globo

Vinícius Rodrigues, 26 anos, exhibe as ofertas do bacalhau em mercado em Ipanema, Zona Sul do Rio Foto: Maria Isabel Oliveira / Agência O Globo

O apelo dos importados. Torre de panetone italiano no Zona Sul: rede negociou desconto com fornecedores antecipando prazo de pagamento de 60 para 30 dias Foto: Maria Isabel Oliveira

Funcionários já usam gorro de papai noel em supermercado de Ipanema Foto: Maria Isabel Oliveira / Agência O Globo

Pilha de panetone formam árvore de Natal em supermercado em Ipanema Foto: Maria Isabel Oliveira / Agência O Globo

Mas, a curto prazo, as perspectivas seguem negativas.

- Se for sinalizado que houve uma desancoragem total sobre a questão fiscal e que o governo migrou para um lado populista, entraremos em uma espiral negativa. E podemos ter o mercado brasileiro se deslocando ainda mais do exterior - afirma Priscila.

A situação doméstica seria pior se não fosse a entrada de investidores estrangeiros no segmento secundário da B3, aquele com ações já listadas. Até 4 de novembro, essa conta tinha superávit de R\$ 56 bilhões, o que compensa o saldo negativo de R\$ 2,44 bilhões do investidor pessoa física, mais suscetível a abandonar o barco em momentos de crise.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/investimentos/com-incertezas-na-economia-bolsa-brasileira-ja-perdeu-18-este-ano-come-poeira-das-estrangeiras-25269204>

Indicação do Centrão acende alerta para uso político do INSS



_____ **IDIANA TOMAZELLI**

A troca de comando no **INSS**, responsável pelo pagamento de mais de R\$ 700 bilhões em aposentadorias, acendeu o alerta entre técnicos do governo para o risco de uso político do órgão em ano eleitoral. O novo presidente, José Carlos Oliveira, é indicado do Centrão, bloco de partidos que se aliou ao presidente Jair Bolsonaro e tem dado sustentação política ao governo no Congresso.

Oliveira vai ficar no lugar de Leonardo Rolim, que assume pela segunda vez a Secretaria de Previdência, ligada ao Ministério do Trabalho e Previdência. Ele é técnico do seguro social e, desde maio, ocupava a Diretoria de Benefícios do **INSS**. Também já foi superintendente do órgão na Região Sudeste.

RELAÇÕES. A versão oficial é que Rolim não desejava permanecer no cargo por muito mais tempo, aceitando o convite do ministro Onyx Lorenzoni para retornar à secretaria. Nos bastidores, porém, os laços estreitos de Oliveira com o mundo político são citados como o motivo de sua ascensão.

Segundo apurou o Estadão/ Broadcast, o novo presidente do **INSS** é indicado do PSD. Foi pelo PSD que Oliveira atuou como vereador de São Paulo entre outubro e dezembro de 2012 - ele havia sido eleito suplente pelo DEM, mas, antes de assumir o cargo, migrou para o PSD. Dirigentes do PSD negam a indicação.

A avaliação nos bastidores é de que há uma série de instrumentos que podem ser colocados a serviço de interesses partidários, como a reabertura de agências do órgão. O tema considerado mais sensível, porém, é o combate a fraudes cometidas por associações de aposentados.

Desde 2019, o **INSS** vinha intensificando a atuação nessa frente.

Em junho daquele ano, quatro entidades suspeitas tiveram os repasses suspensos. Desde então, houve uma série de cancelamentos de convênios, com impacto direto nos cofres dessas associações.

Mas a atuação teria esfriado quando Oliveira assumiu a Diretoria de Benefícios. Algumas das entidades têm ligações partidárias.

A reportagem procurou o **INSS**, mas não teve resposta até a conclusão da edição.

Quem é o escolhido

JOSÉ CARLOS OLIVEIRA Novo presidente do **INSS**

Suplente pelo DEM na Câmara de São Paulo, antes de assumir a cadeira, migrou para o PSD e atuou como vereador em 2012.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Justiça autoriza aposentado a deduzir do IR contribuições extraordinárias

Gilmara Santos De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187057?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187057?page=1§ion=1

Brasileiros atravessam a fronteira para pagar menos pelo combustível

MATHEUS RUAS

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>